



HAL
open science

Ambiência

Jean-Paul Thibaud

► **To cite this version:**

Jean-Paul Thibaud. *Ambiência*. Sylvia Cavalcante; Gleice A. Elali. *Psicologia Ambiental. Con-
ceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*, Editora Vozes, pp.13-25, 2018, 9788532656797. hal-
01879780

HAL Id: hal-01879780

<https://hal.science/hal-01879780>

Submitted on 12 Jun 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

AMBIÊNCIA

Jean-Paul Thibaud

(Tradução de Sylvia Cavalcante)

ENTENDIMENTO GERAL

O objetivo deste artigo é colocar em evidencia os elos estreitos entre a noção de ambiência e a percepção. Que modelo de inteligibilidade da percepção permite precisar e clarificar a noção de ambiência? Mostramos que um dos imperativos essenciais para a noção de ambiência é uma reavaliação do caráter situado, sensível e prático da percepção. Três argumentos principais são assim desenvolvidos: a ambiência pode ser caracterizada como a qualidade de uma situação, apoiando-se sobre uma abordagem ecológica, como uma estimulação motora, apoiando-se sobre uma abordagem praxeológica, e como um pano de fundo sensível, apoiando-se sobre uma abordagem fenomenológica.

INTRODUÇÃO

A percepção está no coração da teoria das ambiências. Longe de ser um domínio de pesquisa entre outros, ela perpassa o conjunto de trabalhos que reivindicam refletir sobre as ambiências. Então que modelo de inteligibilidade da percepção permite precisar e esclarecer a noção de ambiência? Inversamente, em que as ambiências arquiteturais e urbanas nos conduzem a renovar nossa forma de problematizar a percepção ordinária? O objetivo deste artigo é o de considerar a ligação estreita que existe entre a ambiência e a percepção. Para fazer isso, nós mostramos que um dos desafios da noção de ambiência é pensar de maneira nova o caráter situado, sensível e prático da percepção. Tal questionamento em termos de ambiência supõe igualmente ultrapassar uma abordagem estritamente visual do meio urbano. É assim que o corpo e os sentidos reencontram o direito à cidadania, levando em conta conjuntamente a diversidade de registros sensoriais e reconhecendo a importância da

experiência corporal. No caso da ambiência, não se trata apenas de perceber uma paisagem ou de apreender visualmente um ambiente, mas de experienciar o conjunto de situações.

A situação qualificada

Observemos de antemão que a ambiência coloca o observador exatamente dentro do mundo que ele percebe e confere mais importância ao envolvimento do que a relação de exterioridade¹. Se a ambiência nos envolve e se nela imergimos, ela requer necessariamente uma “percepção do interior” que questiona a possibilidade de uma retirada do sujeito do meio no qual ele se inscreve. Como indica a linguagem corrente, pode-se estar *dentro* de uma ambiência, mas jamais *diant*e dela; pode-se colaborar com a ambiência ou experienciá-la mas não se pode propriamente falar de contemplá-la ou de observá-la à distância. Dito de outra forma, a ambiência nos coloca de imediato em contato com a globalidade de uma situação e requer, conseqüentemente, uma *abordagem ecológica da percepção*. Um tal argumento conduz a afirmar que a percepção não está dissociada das condições concretas a partir das quais ela acontece. Ela está necessariamente encaixada em dispositivos construídos (edificações), em qualidades ambientais (fenômenos sensíveis) e ações em curso (atividade prática) que a tornam possível. Em suma, na vida cotidiana, quando eu percebo, estou sempre em algum lugar, exposto àquilo que me circunda e fazendo alguma coisa. Longe de ser simples epifenômenos, estas dimensões contextuais são inteiramente constitutivas da atividade perceptiva. Assim, proceder de maneira exclusivamente analítica, tratando estes parâmetros uns depois dos outros ou independentemente uns dos outros, não possibilita dar-se conta daquilo que faz uma situação ser uma totalidade coerente e unificada. Portanto, não se trata somente de reconhecer esta heterogeneidade de condições da percepção, mas de se perguntar como se opera a integração destes diversos fatores nas situações de todos os dias. Como pensar então a unidade de uma situação? Nós levantamos a hipótese que é precisamente a ambiência que agrega e unifica os múltiplos componentes de uma situação. Ela procede de um movimento de conjunto que confere a cada situação uma fisionomia particular.

A fim de desenvolver esta primeira hipótese, inicialmente é necessário precisar o que se entende por “situação”. Se existem numerosas abordagens de tal noção, aquela

¹ O termo “ambiência” vem do latim *ambire* que significa “circundar”, “contornar”.

² A respeito da lógica do vago, convém reportar-se ao artigo precursor de Peirce, C. (1878)

desenvolvida por John Dewey, é, sem dúvida, a que melhor nos permite introduzir a questão da ambiência. Aqui se faz necessária uma breve digressão por sua filosofia da experiência. Para Dewey, a situação constitui a unidade de base de toda experiência e pode ser definida como um “mundo ambiental experienciado”:

O que a palavra ‘situação’ designa não é um objeto ou acontecimento isolado, nem um conjunto isolado de objetos ou de acontecimentos. Pois nós nunca experienciamos nem nunca formamos julgamentos a propósito de objetos ou de acontecimentos isolados, mas somente em conexão com um todo contextual. Este último é o que se chama uma ‘situação’ (Dewey, 1993, p 66).

Assim uma situação não pode ser reduzida a uma série de elementos isolados e decomponíveis, ela supõe necessariamente uma unidade que dá sentido ao conjunto.

Definir a situação em termos de um todo contextual conduz então a se interrogar sobre o que unifica uma situação. Para responder a uma tal questão, Dewey (1931, 1934, 1938/1993) introduz a noção de “qualidade difusa”, que nos interessa muito particularmente na medida em que não deixa de ter relação com a ambiência. Talvez seja mesmo uma maneira particular de designá-la. Com efeito, os três elementos definidores da qualidade difusa se aplicam muito precisamente à própria noção de ambiência.

A qualidade como unidade

Em primeiro lugar, para que haja situação, é necessário que todos os componentes de um contexto estejam integrados em uma só qualidade, pois sem ela, a experiência se confundiria em uma série de percepções confusas e incoerentes. Se a filosofia empirista tem o costume de distinguir as “qualidades primárias” (forma, número, movimento, solidez) das “qualidades secundárias” (cor, som, odor, gosto), Dewey opta pelo que Santayana (apud Dewey, 1931, 1934) chamava de “qualidades terciárias”. Enquanto as duas primeiras evocam aspectos particulares de uma experiência, a terceira se aplica ao conjunto de uma experiência. Em outras palavras, a qualidade difusa une os elementos de uma situação em um todo coerente e confere a cada situação um caráter específico. Nos termos de Dewey (1931) toda situação é, ao mesmo tempo, “qualitativa” e “qualificativa”: qualitativa no sentido em que a qualidade “faz de cada situação uma situação individual, indivisível e induplicável” e

qualificativa no sentido em que essa mesma qualidade “penetra e colore todos os objetos e acontecimentos que estão materialmente implicados em uma experiência”.

Este primeiro argumento relativo a qualidade difusa poderia aplicar-se a ambiência. Uma ambiência pode ser descrita com a ajuda de um qualificativo que não se aplica a um ou outro componente da situação, mas a situação em seu conjunto. Diz-se de uma ambiência que ela é “alegre” ou “triste”, “angustiante” ou “prazerosa”, “agradável” ou “deprimente” etc. A ambiência não se reduz em nenhum caso a uma soma de objetos pontuais, de sinais discretos, de sensações sucessivas ou de comportamentos individuais, ela unifica e especifica a situação colorindo a totalidade do entorno.

A qualidade como afecção

Em segundo lugar, a qualidade difusa é uma qualidade captada em sua imediatez, ela é sentida antes de ser pensada ou analisada. Ela se relaciona conseqüentemente ao caráter concreto e vivido da situação. Deste ponto de vista, é menos o conhecimento da experiência que está em jogo que a própria experiência efetiva. Insistindo sobre esta distinção, Dewey se opõe a uma posição demasiadamente intelectualista que reduz a realidade a um mero objeto do saber ou da cognição. A qualidade difusa convoca a dimensão pré-reflexiva da experiência. Ela opera aquém da linguagem articulada e resulta mais da compreensão que da interpretação. Sendo ela da ordem do sentimento imediato e da sensação corporal permite fazer valer a vertente estética da experiência ordinária.

Ademais, este argumento não deixa de lembrar o que se poderia dizer a propósito da ambiência. Com efeito, si confiamos na linguagem corrente, a ambiência “se experimenta” ou “se sente” mais do que “se percebe”. Ela é sempre revestida de emoção e de sensibilidade, propriedade que distingue precisamente o ser vivo de uma simples máquina. Nos colocando em uma certa disposição corporal e afetiva, ela nos lembra que a percepção não é jamais desencarnada ou desprovida de afecção. Dito de outra maneira, a ambiência não é em nenhum caso redutível a um puro ato de entendimento, ela confere um valor ao que aparece e exprime a tonalidade afetiva do momento. Além disso, a respeito de uma ambiência a gente diz que ela nos “imersa”, nos “impregna” ou nos “apreende”. Se ela invade o espaço por toda parte, pode-se dificilmente localizá-la ou circunscrevê-la, dando-lhe um lugar determinado e um limite claramente identificável. O mundo olfativo ou térmico é particularmente significativo quanto a isso. A impossibilidade de delimitar precisamente um odor ou o calor

não impede, no entanto, de sentir sua presença no contexto. É uma presença que permanece difusa e disseminada, mas que, mesmo assim, é sentida mais ou menos intensamente segundo o que precede e o que se segue. Finalmente, se a ambiência procede deste caráter imediato e pré-reflexivo da experiência, é porque ela leva em conta uma lógica do vago² distinta daquela que se aplica ao mundo dos objetos ou das coisas materiais.

A qualidade como dinâmica

Em terceiro lugar, o caráter qualitativo da situação é fundamentalmente temporal e teleológico. Com efeito, uma situação consiste na resolução de um problema de ordem prática. Para isto ela deve ser objeto de uma “pesquisa” (*inquiry*), isto é, de um processo de transformação de uma situação problemática ou indeterminada em uma situação determinada. A pesquisa não deve ser compreendida entretanto como uma atividade estritamente intelectual ou cognitiva, ela se apoia sobre um conjunto de operações perceptivas e motoras (seleção e configuração dos elementos pertinentes para a ação em curso, ajustamento e coordenação de gestos etc.). Ele engaja a transação entre um organismo e seu ambiente e deve permitir passar de um estado inicial de desequilíbrio à um estado final de equilíbrio. A este respeito, a qualidade difusa é precisamente o que motiva a pesquisa e dá uma coerência interna a situação, conferindo-lhe um sentido e uma orientação determinada:

A pesquisa é a transformação controlada ou dirigida de uma situação indeterminada em uma situação que é tão determinada em suas distinções e relações constitutivas que converte os elementos da situação original em um todo unificado. A situação original indeterminada não é somente ‘aberta’ à pesquisa, ela é aberta à pesquisa porque seus elementos constitutivos não formam um conjunto. Por outro lado, a

² A respeito da lógica do vago, convém reportar-se ao artigo precursor de Peirce, C. (1878) How to Make Our Ideas Clear . *Popular Science Monthly*, 12, pp286-302. Segundo Charles Peirce, a ambiência se classificaria no nível da primeiridade (*firstness*), isto é, como a categoria relevante da qualidade e do sentimento. A lógica do vago é aplicada às ambiências no artigo de Cauquelin, A. (1995) Paysage et environs, une logique du vague. *Critique*, no.577-578, pp.449-457.

situação determinada, enquanto objetivo da enquete, é uma situação, um ‘universo da experiência’ fechado e por assim dizer acabado (Dewey, 1993, pp. 104-105).

Assim a qualidade difusa não resulta somente de uma recepção passiva, mas engaja também o plano da ação. Ela não é localizada nem dentro do organismo do sujeito que percebe, nem dentro dos objetos do ambiente, mas se aplica a própria situação, isto é, a um campo de atividade definido pela interação entre um organismo e seu ambiente.

Como nós desenvolveremos com mais detalhes adiante, a ambiência tem relação com nossa maneira de agir e de nos comportar. Por enquanto nós nos contentamos de mostrar que ela também resulta de uma dinâmica e que esta dinâmica participa das atividades sociais em curso. Quando nós dizemos que uma ambiência “se instala” “pega”, “atinge seu auge”, “se desagrega” ou “se deteriora”, nós não revelamos somente seu caráter temporal, mas também sublinhamos o fato de ela emergir e se desenvolver em certo sentido e segundo uma orientação determinada. Uma ambiência não é necessariamente um estado estável e invariável mas, antes um processo dinâmico composto de diferentes fases que se encadeiam umas após as outras. Além disso, esta dinâmica da ambiência se origina de um movimento de conjunto que exprime e condiciona maneiras de ser e de agir coletivas. Segundo o estado de uma ambiência em um momento dado, a situação será mais ou menos tensa ou relaxada, conflitual ou consensual, problemática ou desembaraçada. Dando uma forma às atividades em curso, a ambiência influencia o modo como uma situação se desenvolve.

Esta retomada do pensamento de John Dewey nos permite formular uma primeira proposição relativa a ambiência. Apoiando-nos na noção de qualidade difusa, nós definimos a ambiência como *a qualidade da situação*. Assim, perceber não consiste somente em interpretar o mundo, é também *integrar uma situação*, quer dizer, unificar os diversos elementos de um contexto em um todo coerente e, ao mesmo tempo, se engajar de forma prática em atividades.

A atividade em potência

Insistamos agora sobre o fato de que o sujeito percebedor não é alheio ao mundo que ele percebe. Muito ao contrário, ele é sempre engajado em situações que o solicitam e o mobilizam mais ou menos fortemente. Quanto a isto, a ambiência põe o corpo em um certo estado de tensão e convoca nossa capacidade de agir, fazendo parte assim de uma *abordagem*

praxeológica da percepção. Muitos trabalhos atuais desenvolvem esta problemática e procuram dar conta da relação estreita entre perceber e agir. Assim, certos encaminhamentos das ciências cognitivas propõem que se pense a percepção em termos de “simulação de ação” (Berthoz, 1997) ou de “*enaction*” (engajamento) (Varela, Thompson & Rosch, 1993). Por sua vez, a psicologia ecológica propõe a noção de “*affordance*” (Gibson, 1979) para mostrar como o ambiente funciona como um conjunto de recursos para a ação. Enfim, a etnometodologia se interessa pela “ação em situação” (Suchman, 1987) e defende a ideia de que cada um de nossos modos de perceber possui potencialidades práticas específicas (Coulter & Parsons, 1990). Certamente estes trabalhos são de natureza muito diferente e se inscrevem em campos disciplinares que não são os mesmos. Entretanto, cada um a sua maneira, eles defendem a ideia de que a percepção é estreitamente ligada à ação e que ela mobiliza as propriedades do ambiente. Além disso, a maior parte destas pesquisas sublinha a dimensão sensório-motora de nossa interação efetiva com o ambiente.

A capacidade de agir

Como a ambiência se inscreve em uma tal problemática? De que maneira ela participa efetivamente das atividades em curso? Para trazer elementos para responder a estas questões, notemos de antemão que a ambiência tem consequências sobre nossa conduta e nosso estado corporal. Uma ambiência pode, com efeito, nos “estimular” ou nos “relaxar”, nos “captar” ou nos “impelir”, nos “transportar” ou nos “paralisar” etc. O uso de tais verbos indica que a ambiência não é somente sentida, mas que ela também faz apelo ao plano do movimento. Em outras palavras, a sensibilidade e a motricidade constituem duas vertentes indissociáveis de um mesmo fenômeno, sem que se possa dar qualquer prioridade a uma ou a outra. Como nos mostrou Kurt Goldstein em sua teoria do campo sensório-tônico “nós podemos admitir que a toda impressão sensorial corresponde uma tensão determinada da musculatura” (Goldstein, 1951). Ele identificava assim o que chamava de “fenômenos tônicos”. Seguindo este argumento, pode-se considerar a ambiência como um sistema energético que se manifesta, ao mesmo tempo, ao nível dos sinais físicos enviados pelo ambiente e ao nível do tônus do ser vivente. Deste ponto de vista, não existe corte radical entre o ser vivente e seu meio. A sua maneira, a ambiência nos lembra, que o ser vivo e seu meio formam uma unidade. Mas ainda, dizendo que a ambiência corresponde a um certo estado de tensão do corpo, nós introduzimos a ideia de que ela intervém também em nossa

capacidade de agir. Certas ambiências – como, por exemplo, aquelas, das festas populares, das grandes manifestações esportivas ou das casas noturnas – são particularmente estimulantes e concebidas para nos mergulhar em um tal estado de tensão e de excitação que dificilmente nos deixa inativos. Outras ambiências – como, por exemplo, aquelas dos museus, das igrejas ou dos hospitais – tendem, ao contrário, a nos apaziguar e a nos convidar à contemplação ou ao recolhimento. Certamente estes casos são extremos, entretanto eles nos permitem mostrar que uma ambiência pode aumentar ou reduzir nossa capacidade de agir, nos colocando em certa disposição corporal e afetiva. Enquanto nós temos o costume de considerar a ação como um dado inevitável da existência, a ambiência nos conduz a interrogar sobretudo o que pode suscitá-la ou neutralizá-la.

Os estilos de motricidade

Acabamos de ver que a ambiência não é desconectada das atividades práticas. Cabe-nos agora precisar o sentido deste argumento. Para fazer isso, indicamos de antemão que a ambiência opera sobre todo tipo de ação, qualquer que seja ela. Ela remete menos à natureza da atividade (o “que” da ação, o que está sendo feito) do que às suas modalidades de execução (o “como” da ação, a forma como ela se realiza). Com efeito, pondo o corpo em um certo estado de tensão, a ambiência dá a medida a nossos movimentos e modula nossas maneiras de nos movermos.³ Em outras palavras, ela convoca a ação em seu nível mais elementar, a saber, aquele do gesto. Ora, se o gesto dá suporte à ação, ele, entretanto, não se confunde com ela.

Com efeito, o gesto é, ao mesmo tempo, da ordem da função (ação) e da forma (expressão). Ele permite não apenas realizar uma ação, ele a realiza de um certo modo. Por exemplo, a ação de andar se faz de mil e uma maneiras: pode-se andar de forma lenta ou rápida, fluida ou agitada etc. Essas qualidades do movimento não são, todavia, próprias desta ação, elas podem também se atualizar em todas as outras atividades (abrir uma porta, descer escadas,...). Uma mesma ação pode tomar formas diferentes, bem como ações diferentes

³ No mesmo sentido deste argumento, alguns trabalhos de psicologia experimental mostram que a experiência sensorial procede dos modos de fazer - mais precisamente, ela consiste em “exercer um controle das contingências sensorio-motoras” (*to exercise mastery of sensorimotor contingencies*). O’Regan & Noë, J. K. & Noë, A. What it is like to see : A sensorimotor theory of perceptual experience. *Synthese*, 2001, 129, 1, pp 79- 103.

podem ter qualidades de movimentos idênticos. Pode-se dizer, então, que não há qualquer coerência ou lógica na maneira como uma ação se realiza?

Uma primeira resposta consiste em situar-se em um nível estritamente individual. Deste ponto de vista, cada ser humano se caracterizaria por uma maneira de se mover que lhe é própria. Este estilo corporal próprio de cada um constituiria de alguma forma uma marca do sujeito.⁴ Por mais interessante que seja, esta proposição não é suficiente. Com efeito, se os estilos corporais fossem exclusivamente individuais, seria difícil compreender como eles podem coexistir em um mesmo espaço. A partir do momento que um lugar é frequentado por várias pessoas, é necessário que suas condutas possam se sincronizar e se ajustar mutuamente, isto é, compartilhar um mesmo ritmo.

Uma segunda resposta é portanto necessária. Ela consiste em situar-se em um nível local e coletivo. Dito de outra forma, nós levantamos a hipótese que à cada ambiência corresponde um estilo de motricidade, e que este estilo é compartilhado pelo conjunto dos participantes engajados nesta ambiência. Nossas maneiras de nos movimentarmos seriam assim informadas pelo lugar no qual elas se atualizam. Elas exprimiriam não somente uma maneira de ser em um ambiente, mas também uma maneira de estar junto (Merleau-Ponty, 1964). Evidentemente, isto não significa que as diferenças individuais sejam apagadas ou neutralizadas, mas, antes, que elas participam de um movimento de conjunto que não pode ser reduzido à soma de seus componentes. O gesto e a ambiência seriam consubstanciais na medida em que ambos conferem uma forma definida à ação em curso. Em síntese, procedem de uma articulação entre o eu, o mundo ambiental e o outro.

Para resumir, a introdução da ação na problemática das ambiências nos conduz a uma segunda proposição. Definimos agora a ambiência como *uma solicitação motora*, no sentido que em ela ativa os esquemas sensório-motores a partir dos quais nos engajamos no mundo. A este respeito, perceber não pode ser reduzido a uma simples contemplação passiva do mundo, é mais precisamente *movimentar-se de certa maneira*.

A percepção segundo a ambiência

Agora precisamos tentar explicitar mais diretamente a relação entre a ambiência e a percepção. Para fazê-lo, cabe-nos fazer uso de *uma abordagem fenomenológica da percepção*. O interesse de tal abordagem é sublinhar o caráter sensível da percepção e por em questão a

⁴ Pensemos, por exemplo, nos personagens representados por Charlie Chaplin ou Jacques Tati.

idéia segundo a qual toda percepção seria necessariamente percepção de objeto. Com efeito, perceber não é somente um ato objetivante, que permite apreender o mundo como um conjunto de coisas distintas e reconhecíveis. Como então encontrar uma alternativa a esta concepção largamente dominante, herdada de Descartes?

O meio como terceiro termo

Por em questão a percepção como pura inteligência não implica necessariamente adotar uma posição empirista que pensa a percepção como uma soma de sensações distintas. De fato é a distinção entre perceber e sentir que é preciso esclarecer. O argumento principal desta última parte é que a ambiência não é, em nenhum caso, um objeto da percepção; nós diremos todavia que ela fixa os termos da percepção. Dito de outra forma, nós não percebemos a ambiência, nós percebemos segundo a ambiência.

Observemos de início que os objetos que nós apreendemos pela percepção não são jamais separados, mas estão sempre em relação, sempre dispostos e arrumados uns em relação aos outros. Uma coisa pode, por exemplo, mascarar uma outra ou encobri-la parcialmente. Como bem mostrou a Psicologia da Forma, captamos mais ou principalmente as configurações, os conjuntos articulados do que os objetos isolados. E ainda, os objetos não deixam inalterado o meio sensível no qual eles se inscrevem. De uma certa maneira, eles irradiam para as circunvizinhanças, projetando suas qualidades para além deles mesmos e coloreem a totalidade do campo ambiental.⁵ Basta retirar ou colocar um objeto em um local para se notar que ele não se limita a produzir ou preencher um vazio, mas que ele modifica fundamentalmente a composição global daquilo que nos é dado ver. Temos como prova os problemas encontrados nas pesquisas atuais em simulação de ambiências luminosas. Inserindo objetos virtuais em fotografias de locais reais, estes trabalhos são, de fato, obrigados a integrar as interações luminosas que não deixariam de se produzir *in situ* entre os edifícios velhos e os novos. A dificuldade consiste então em calcular o mais precisamente possível as “inter-reflexões difusas entre superfícies”, pois sem elas a imagem final perderia todo realismo que pudesse ser experimentado naquele lugar.⁶

⁵ A esse respeito, Merleau-Ponty (1964), fala da “existência atmosférica” da cor, mostrando como esta transborda de si mesma para tornar-se cor de luminosidade.

⁶ Sem dúvida, não é por acaso que o modelo de cálculo utilizado é chamado de “radiosidade” Perrin & Fasse (1998) *Simulation d’architectures en synthèse d’image. Les Cahiers de la Recherche Architecturale*. no. 42/43, pp. 105-115.

Esta breve digressão em torno da visão permite colocar em evidencia a importância do meio como componente fundamental da percepção. Assim, o objeto percebido se apresenta sempre sob certas condições de luminosidade e supõe necessariamente uma estrutura luminosa que especifica seu modo de aparição⁷. Mesmo a visão, enquanto sentido da objetivação (se ela o for), não pode ser compreendida sem referência à luz ambiente. Esta constitui de fato um terceiro termo, assegurando o elo entre o sujeito que percebe e o mundo percebido. O que acaba de ser dito a propósito da percepção visual, se aplica *a fortiori* as outras modalidades da percepção. A percepção sonora, olfativa ou térmica não é assimilável à identificação de uma fonte pontual ou de um sinal distinto, ela supõe sempre um campo de aparição a partir do qual os fenômenos emergem e se dotam de propriedades específicas. Em suma, a introdução do meio como terceiro termo da percepção permite pensar o mundo sensível em termos de fenômenos, desvelando suas condições e modos de aparição.

O suporte da percepção

Para terminar, que consequência podemos deduzir do argumento que precede? Se a ambiência se distingue do mundo dos objetos, é precisamente porque ela é da ordem do meio. É assim que nós falamos de “ambiências luminosas”, “ambiências sonoras”, “ambiências olfativas” ou “ambiências térmicas”. Estes qualificativos designam bem a natureza de um meio. Mas ainda, caracterizando a ambiência dessa forma, nós dizemos também que ela não é percebida ela mesma, mas que ela torna possível a percepção, especificando um campo de aparição de fenômenos. Com efeito, nós nunca percebemos a integralidade daquilo que se apresenta a nossos sentidos. Como bem mostrou Merleau-Ponty (1968, p. 12): “Toda percepção só é percepção de alguma coisa se também for uma relativa impercepção de um horizonte ou de um fundo que ela implica, mas que não tematiza”. Se o fundo não é percebido como tal, é justamente porque é, ele mesmo, o suporte da percepção; é a partir dele que os fenômenos e os acontecimentos se individualizam e se diferenciam. Este argumento permite operar uma distinção entre “perceber isso” e “perceber segundo isso” (Garelli, 1992). No primeiro caso, se supõe a percepção de um objeto determinado por um sujeito que percebe. A percepção é então pensada em termos transitivo e pontual: transitivo no sentido em que uma relação direta é estabelecida entre um sujeito e um objeto; pontual no sentido em que o que é

⁷ James Gibson (1979) propõe a noção de “rede ambiental óptica” para analisar a maneira como um campo luminoso se estrutura.

percebido pode ser claramente identificado, localizado e delimitado. No segundo caso, supõe-se uma atitude em relação a uma coisa qualquer, sem pressupor um objeto a perceber. A percepção é então pensada em termos intransitivo e diferencial: intransitivo no sentido em que o meio se dá como um termo intermediário entre o objeto e o sujeito; diferencial no sentido em que o mundo sensível se configura por diferenciação e tensionamento dos diversos elementos que o compõem. Será necessário esclarecer que, de nosso ponto de vista, a ambiência ressalta desta problemática de fundo, como foi definida por esta segunda abordagem?

Para resumir, esta abordagem fenomenológica da percepção nos conduz enfim a definir a ambiência como *um fundo sensível* que especifica a cada vez as condições de emergência e de aparição dos fenômenos. Deste ponto de vista, perceber não consiste somente em distinguir os objetos do ambiente, é também *experenciar o estado de um meio* em um momento dado.

Neste capítulo, tentamos indicar alguns argumentos de base, que permitem especificar a noção de ambiência. Tratava-se de mostrar que esta noção não é equivalente ou assimilável à noção mais clássica de ambiente. Para fazer isso, levantamos a hipótese de que a ambiência implica uma concepção particular da percepção situada, mobilizando conjuntamente uma abordagem ecológica, praxeológica e fenomenológica da percepção.

REFERENCIAS

- Berthoz, A. (1997). *Le sens du mouvement*. Paris : Odile Jacob.
- Coulter, J. & Parsons, E.D. (1990). The Praxiology of Perception : Visual Orientations and Practical Action. *Inquiry. An Interdisciplinary Journal of Philosophy*. Vol. 33, n°3, pp. 251-272
- Dewey, J. (1934). *Art as Experience*. New York: Minton, Balch & Co..
- Dewey, J. (1931). QualitativeThought. In *Philosophy and Civilisation*. New York : Minton, Balch & Co., (pp 93-116).
- Dewey, J. (1993). *Logique. La théorie de l'enquête*. Paris, P.U.F. (1ère édition: 1938).
- Garelli, J. (1992). Voir ceci et voir selon. In *Merleau-Ponty. phénoménologie et expériences*. textes réunis par Marc Richir et Etienne Tassin, Grenoble : Jérôme Million, pp. 79-99.
- Gibson, J.J. (1979). *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston : Houghton Mifflin.
- Goldstein, K. (1951). *La structure de l'organisme*. Paris : Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1964). *Le Visible et l'Invisible*. Paris : Gallimard.
- Merleau-Ponty, M. (1968). *Résumés de Cours*. Paris : N.R.F.
- Suchman, L. (1987). *Plans and situated actions*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Varela, F., Thompson, E. & Rosch, E. (1993). *L'inscription corporelle de l'esprit*. Paris : Seuil.